ATA DE SESSÃO ESPECIAL PARA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE (2019). Aos trinta e um (31) dias do mês de maio de dois mil e dezenove (2019), às dez horas e quatorze minutos (10h14), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis, no Plenário Teotônio Vilela, para realização de Sessão Especial para apresentação do relatório de gestão fiscal referente ao primeiro (1º) Quadrimestre do ano de dois mil e dezenove (2019) da Prefeitura Municipal de Anápolis, Goiás (correspondente aos meses de janeiro a abril de dois mil e dezenove), em cumprimento ao determinado pela Lei Complementar federal número cento e um (101), do ano dois mil (2000), Artigo nono (9°), Parágrafo quarto (4º): "Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º (primeiro) do artigo 166 (cento e sessenta e seis) da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais". Presidiu a Sessão Especial o senhor Presidente da Câmara Municipal de Anápolis, vereador Leandro Ribeiro da Silva (Leandro Ribeiro). Compareceram ainda os vereadores: Alfredo Paes Landim Filho (Alfredo Landim), Américo Ferreira dos Santos (Américo), Domingos Paula de Souza, Elinner Rosa de Almeida Silva e Gonçalves (Elinner Rosa), Jean Carlos Ribeiro (Jean Carlos), João Batista Feitosa (João Feitosa), João César Antônio Pereira (João da Luz), José Fernando de Paiva (Fernando Paiva), Lélio Alves de Alvarenga (Lélio Alvarenga), Lisieux José Borges (Lisieux Borges), Luiz Santos Lacerda (Luiz Lacerda), Maria Geli Sanches (Professora Geli Sanches), Mauro José Severiano (Mauro Severiano), Paulo Roberto de Castro Lima (Paulo de Lima), Pedro Antônio Mariano de Oliveira (Pedro Mariano), Raimundo Teles de Oliveira Santos Júnior (Teles Júnior), Thais Gomes de Souza (Thaís Souza) e Wederson Cristiano da Silva Lopes (Wederson Lopes). Esteve ausente o vereador Deusmar Chaveiro de Oliveira (Deusmar Japão do Municipal), Valdete Fernandes Moreira e Luzimar Silva. Justificou ausência o vereador

SUJEITO A ALTERAÇÕES

Elias Rodrigues Ferreira (Pastor Elias Ferreira). Estiveram presentes também o prefeito municipal de Anápolis, Roberto Naves e Siqueira; o vice-prefeito, Márcio Cândido da Silva; o secretário Municipal de Fazenda, Geraldo Lino Ribeiro; e demais secretários e diretores do Poder Executivo Municipal de Anápolis. - Compuseram a Mesa Diretora: o senhor presidente, vereador Leandro Ribeiro; a senhora primeira secretária, vereadora Elinner Rosa; o senhor secretário Municipal da Fazenda, Geraldo Lino; o senhor secretário municipal de Educação, Alex Martins; o senhor secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Tecnologia, Igo dos Santos; e o líder do Executivo na Câmara, vereador Wederson Lopes. Após as saudações, o senhor Presidente, vereador Leandro Ribeiro, declarou aberta a Sessão e cumprimentou os secretários, os vereadores, os diretores, os gerentes, servidores dessa Casa de Lei e da Prefeitura, os membros da Imprensa e os presentes. Explicou que o prefeito não se fazia presente porque estava recepcionando o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, junto com o governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, e explicou que a palavra seria concedida ao secretário municipal de Fazenda, Geraldo Lino, e aos assessores que julgasse conveniente, e depois seria aberta a palavra aos vereadores. Usou a palavra o secretário Municipal da Fazenda, GERALDO LINO: Cumprimentou os presentes. Falou sobre o desempenho da Receita Corrente Líquida, e explicou que os dados do Boletim Focus em julho de dois mil e dezoito previam um crescimento de três por cento da economia para o primeiro quadrimestre de dois mil e dezenove, e o planejamento fora feito de acordo com essa premissa. No entanto, fora divulgado a prévia do primeiro trimestre, e apontara a queda da economia, com um desempenho negativo, o que impactava em algumas receitas. Houve um crescimento de um por cento da Receita Corrente Líquida em relação aos últimos doze meses, e quatro por cento em relação ao último quadrimestre. Explicou que posteriormente explicaria quais motivos levaram a esse crescimento, apesar de uma economia nacional estagnada e com previsão de crescimento de apenas um por cento ao ano, ao crescimento nesse

SUJEITO A ALTERAÇÕES

quadrimestre. Apresentando o quadro com a Receita Tributária, explicou que houve algumas “surpresas agradáveis”, repondo algumas receitas que não ocorreram esse ano, e agradeceu, em nome da Prefeitura, a essa Casa de Leis, pela aprovação da Lei Contribuinte Legal em dois mil e dezessete. Explicou que os contribuintes que pagaram em dia em dois mil e dezoito tiveram um desconto de cinco por cento em dois mil e dezenove; como o reajuste fora de três por cento e oitenta e três décimos (3,83%), pagaram menos impostos em dois mil e dezenove, e a Prefeitura arrecadou dezesseis por cento a mais em relação ao quadrimestre anterior. Disse que a Lei do Contribuinte Legal e o Programa de Educação Fiscal estavam dando resultados, e isso possibilitou à Prefeitura pagar todos os servidores, honrar seus compromissos e manter todos os serviços prestados. Parabenizou o trabalho realizado por toda a equipe da Secretaria Municipal da Fazenda. Explicou que a Prefeitura desenvolveu novos procedimentos de mais agilidade para pagamento dos compromissos, com menos dinheiro em caixa, ocasionando uma menor Receita Patrimonial. Apresentando o relatório das Transferências Correntes, explicou que houve um crescimento significativo no quadrimestre, de cerca de oito por cento. Falou sobre a importância do trabalho feito pelo Coíndice (Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios). Apresentando o relatório comparativo entre os primeiros quadrimestres do ano de dois mil e dezoito e dois mil e dezenove, explicou que houve um crescimento líquido de meio por cento no total, mas destacava-se o crescimento na Receita Tributária. Falou sobre a redução de dezesseis por cento da iluminação pública, e redução de sessenta e nove por cento nas outras despesas correntes. Disse que houve uma receita de dezoito milhões com a venda da Folha de Pagamento para a Caixa Econômica em dois mil e dezoito, que não se repetiu nesse ano, e não houve o crescimento desejado, mas todos os compromissos foram honrados. Apresentou o relatório com a Dívida Fundada, explicando a redução significativa, pois em dezembro de dois mil e dezesseis era de duzentos e trinta e um milhões de reais, e atualmente

SUJEITO A ALTERAÇÕES

estava em duzentos e oito milhões de reais. Disse que a redução não fora de apenas de vinte e três milhões, mas acrescentaram-se a dívida de vinte e quatro milhões de reais por causa da GC Ambiental, aumentou a dívida de cinco milhões de reais de parcelamento com o PASEP. Disse que a redução da dívida fundada era de mais de cinquenta milhões de reais, e a redução total seria de mais de cinquenta milhões de reais. Apresentando o quadro dos restos a pagar, e explicou que há cerca de trinta milhões de reais, e haviam fechado em oitenta e quatro milhões de reais. Explicou que houve pagamentos e cancelamentos de empenhos do Goiás na Frente. Apresentou o quadro das dívidas a serem pagas em quatro anos, e com a aprovação da Lei do ISSA pela Casa, esse valor foi retirado, e seriam pagos trezentos milhões em quatro anos. Explicou que foram pagos mais de dois mil cento e dezoito processos de direitos trabalhistas desde o ano de dois mil e dez, mais de vinte milhões, e disse que isso é sinal de respeito com o servidor. Disse que foi repassado pela manhã o recurso para a área da Saúde e Educação, para o pagamento de todos os direitos trabalhistas até vinte e cinco mil reais. Disse que há só vinte e um processos trabalhistas a serem pagos. Explicou que há o planejamento de encerrar essa questão no Município, e serem pagos esses direitos em até sessenta dias. Apresentou o quadro dos repasses com a Educação. Disse que foram repassados trinta e quatro por cento dos recursos, do Fundo Municipal de Saúde, e os recursos do FUNDEB e FME totalizariam vinte e nove por cento. Disse que a Educação, a Saúde e as obras da Secretaria do Meio Ambiente são as prioridades do Município. Apresentou o quadro com o relatório das aplicações na Saúde. Disse que o repasse não foi de quarenta e nove milhões de reais, e que na verdade esse foi o valor liquidado. Disse que foram repassados cinquenta e dois milhões setecentos e quinze mil reais das receitas para o Fundo de Saúde, que equivalia a quase vinte e três por cento de toda a receita arrecadada com impostos. Apresentou o quadro demonstrativo de aplicações na Educação, e disse que foram repassados sessenta e sete milhões de reais, equivalendo a vinte e oito por cento e sessenta e dois

SUJEITO A ALTERAÇÕES

centésimos (28,62%). Disse que esse percentual deveria crescer em junho com os abonos prudenciais. Apresentou o quadro de despesas com pessoal, e disse que o limite prudencial foi ultrapassado, mas isso mostrava a valorização do servidor. Disse que a despesa cresceu vinte milhões nesse quadrimestre devido à correção da inflação, o pagamento da titulação, que daria um impacto de cerca de quinze milhões de reais por ano, e o pagamento em dia das progressões horizontais e verticais. Disse que não havia pendências com os direitos dos servidores. Disse que, por não haver mais a receita da venda da folha e com a estagnação da economia, não houve crescimento suficiente como houve das despesas. Disse que nesse quadrimestre a prioridade total da Secretaria da Fazenda é o georreferenciamento, e isso seria justiça tributária, ao cobrar mais das pessoas que construíram e não informaram a Prefeitura, e disse que muitas vezes essas pessoas pagariam pela taxa de lixo das pessoas que estavam regulares. Disse acreditar que com as integrações que se realizavam, no dia trinta e um de agosto estariam abaixo do índice prudencial. Falou sobre sua esperança na recuperação da economia, explicando que cada um por cento de crescimento seria equivalente a quinze milhões de reais a mais na receita. Agradeceu aos vereadores e se colocou à disposição. - O senhor presidente agradeceu a fala do secretário e convidou os vereadores a apresentarem seus questionamentos. ELINNER ROSA: Cumprimentou os presentes e disse que o questionamento que iria realizar havia sido também feito anteriormente, na última prestação de contas do Executivo, mas não obtera o relatório solicitado. Solicitou que fossem esclarecidos os valores de vinte e um por cento e onze centésimos (21,11%) e trinta e quatro por cento (34%), apresentados nos *slides* dezessete e quinze, referentes à aplicação naquele quadrimestre. Solicitou novamente os relatórios já pedidos à Secretaria Municipal de Saúde e disse ao secretário Lucas Leite que também não recebera o relatório com as informações dos débitos e créditos correspondentes às pactuações que o município possuía. Solicitou ainda em valores, quanto o município recebia da União, do Estado e o valor da verba

SUJEITO A ALTERAÇÕES

municipal, direcionados a saúde. PROFESSORA GELI SANCHES: Cumprimentou os presentes e questionou o secretário Geraldo Lino sobre o reajuste do piso nacional da educação, referente ao ano de dois mil e dezenove. Falou sobre a diminuição da aplicação na área da educação naquele quadrimestre e disse que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a Quota Estadual de Salário Educação (QESE) eram verbas importantes para a educação, sendo o QESE destinado a construção e reforma de escolas, transporte escolar, capacitação de professores, e vedada seu uso para remuneração de pessoal. Referente ao QESE, disse que o município havia recebido, no ano de dois mil e dezoito, uma quantia de mais de onze milhões de reais, mas vira poucas reformas nas unidades escolares, e questionou se houve o uso da verba para pagamento de pessoal e merenda escolar. Perguntou também sobre a contratação de empresa para terceirização do serviço de higiene e limpeza nas unidades escolares, e disse que isso a “espantava”, pois na concorrência pública 014/2018, a fonte de recurso cento e quinze significava a retirada de valores do QESE. Disse que a questão não fora levada para debate ao Legislativo, tão pouco às escolas. Também falou sobre o comunicado enviado as unidades escolares, referente ao deslocamento e transferência de funcionários para outras unidades, a partir do segundo semestre. Questionou o gasto do QESE com merenda escolar, pois nunca havia sido utilizado para tal. - ALFREDO LANDIM: Cumprimentou os presentes e questionou sobre o andamento do processo licitatório para construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), no antigo Cais do Progresso. Questionou sobre como estava sendo realizada a regulação dos exames, desde os mais simples até os mais complexos, pois alguns exames demoraram até seis meses para ser realizado. Elogiou a reestruturação do Programa Saúde da Família (PSFs) e o atendimento estendido até as vinte e duas horas da noite. Explicou que durante o período das vinte e duas horas até as oito da manha, a UPA e o Hospital Municipal de Anápolis absorviam toda a demanda, mas não tinham suporte para atendê-los.

SUJEITO A ALTERAÇÕES

Quanto a isso, questionou se havia uma solução ou alternativa para resolver a questão. Referente a despesas pagas por Secretaria, apontou que a da Saúde era a que mais tinha despesas, e elogiou a prioridade da gestão. Alertou para a necessidade de uma reserva para custear a compra de papel e tinta para impressoras, pois em dezessete Unidades Básicas de Saúde (UBS) estes produtos estavam em falta. - DOMINGOS PAULA DE SOUZA: Cumprimentou os presentes e disse que ficava sem entender o pronunciamento de alguns vereadores, pois havia muitas obras em andamento, principalmente na área da educação. Disse que estava sendo construído uma quadra poliesportiva em Branápolis e Interlândia, escola no bairro Copacabana, e uma reforma na Escola João Amélio da Silva, e haveria a construção de mais dez no município. Elogiou ao Executivo por estender o horário de atendimento do posto de saúde no bairro de Lourdes e Recanto do Sol. Concluiu, diznedo à vereadora Professora Geli Sanches que ela deveria andar pelo município, para que pudesse observar o que a administração municipal estava fazendo, “e não fazer oposição por oposição”. - Foi concedido direito de resposta à vereadora Professora Geli Sanches, por ter sido citada nominalmente pelo vereador Domingos Paula de Souza. - PROFESSORA GELI SANCHES: Disse que pensava estar numa audiência publica de prestação de contas, ao qual trazia e solicitava dados, inclusive dados de dois mil e dezoito que constavam no relatório apresentado. Relatou que sua preocupação com as verbas era justa, visto que, estava exercendo sua função como vereadora de acompanhar o modo como as verbas estavam sendo aplicadas. Disse que gostaria que os funcionários fossem bem remunerados, mas que a verba deveria sair do local correto. Reforçou que estava participando de uma audiência pública de prestação de contas, e que aquele era o local para representar sobretudo a sua categoria, fazendo indagações pertinentes e não realizando discurso partidário. Concluiu, solicitando respeito. - LISIEUX BORGES: Cumprimentou os presentes e questionou quanto o município recebia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços(ICMS) dentro das transferências

SUJEITO A ALTERAÇÕES

correntes, visto que, a transferência corrente era basicamente ICMS e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Questionou também quais medidas estavam sendo tomadas para ampliação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), pois a receita tributária, em sua maior parte era composta por ICMS e também outras receitas, ao qual usava-se uma alíquota no limite de cinco por cento. Quanto a isso, sugeriu que houvesse uma revisão daquele percentual, com o objetivo de atrair empresas que prestavam serviços em Anápolis. Argumentou ainda que anteriormente houve a redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e com isso houve incremento de receita. Disse que seria interessante pensar no assunto, pois atenderia a demanda de empresários e ainda geraria empregos e receita para o município. - JEAN CARLOS: Cumprimentou os presentes e fez um apelo aos secretários municipais para que respondessem aos seus ofícios. Parabenizou o secretário Jakson Charles por responder a todos os ofícios encaminhados, tanto para dizer que seus pedidos foram atendidos quanto o motivo de não terem sido. Solicitou ao presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis (ISSA), que encaminhasse a Comissão Direito do Servidor Público e do Trabalho da Casa, a movimentação do Fundo Previdenciário, pois conforme a emenda aprovada pela Casa esse envio deveria ocorrer mensalmente. Solicitou ao secretário Alex Martins que respondesse se havia colocado em prática e quais as medidas adotadas para implantação da lei nas unidades escolares que “Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil”. Solicitou ainda ao secretário que respondesse aos outros ofícios encaminhados, para que ele pudesse informar a população, quanto aos questionamentos. Questionou o motivo de contratar uma empresa para suprir o *deficit* de funcionários, e ao mesmo tempo transferir servidores que estão a vinte anos num determinado local para outra unidade escolar e sugeriu que em vez de realocar os

SUJEITO A ALTERAÇÕES

servidores, que fossem colocados os funcionários da empresa contratada nos postos que precisavam. Solicitou ao secretário Igo que fosse encaminhado o quantitativo de veículos e imóveis locados, bem como os valores pagos até aquele momento. Solicitou à secretaria Raquel, e também ao prefeito, o pedido para que pudesse priorizassem as incorporações de horas extras e gratificações de cerca de trezentos servidores que aguardavam desde dois mil e quatro a implantação do direito. Explicou que a Procuradoria possuía a relação daqueles funcionários e que tinha o dado parecer favorável, quanto a isso. Concluiu informando serem aqueles os seus questionamentos. - PEDRO MARIANO: Cumprimentou os presentes e falou sobre o trabalho do secretário Geraldo Lino, do diretor do CMTT, Fernando Cunha e do secretário e vereador licenciado, Jakson Charles. Questionou sobre o problema da Avenida Isidoro Sabino que perdurava a um ano e meio. Questionou também sobre a situação das ruas José Martins de Brito e Osvaldo Cruz. Apontou a necessidade de mudança na gestão da Zona Rural do município. - LÉLIO ALVARENGA: Cumprimentou os presentes e apontou a diferença de três por cento no comparativo entre o primeiro quadrimestre de dois e dezoito com o de dois mil e dezenove na área da saúde. Quanto a isso, solicitou o detalhamento do percentual. Questionou sobre quando haveria novamente os mutirões de catarata realizados no município, pois algumas pessoas aguardavam há quase dois anos pelo serviço. Sugeriu ao secretário Geraldo Lino, se fosse possível, que trouxesse na próxima prestação de contas da prefeitura, dados mais detalhados principalmente na área da saúde. - LUIZ LACERDA: Cumprimentou os presentes e informou que seus questionamentos seriam para os Secretários de Saúde e da Fazenda. Relatou a insatisfação dos moradores do bairro Petrópolis, por serem “jogados” para a Unidade de Saúde São José, após sua abertura. Relatou sobre o “rumor” do possível fechamento da Unidade de Saúde do Jardim das Oliveiras. Disse que seria um “caos” a transferência da demanda do Jardim Oliveiras para a Vila Fabril, visto que, sua abertura havia sido para evitar “constrangimentos” aos moradores da região. Relatou que

SUJEITO A ALTERAÇÕES

havendo o fechamento da Unidade Jardim das Oliveiras, ocorreria uma grande mobilização contrária dos moradores. - O senhor presidente solicitou que o secretário Municipal de Fazenda procedesse à resposta aos questionamentos dos vereadores. - GERALDO LINO: Cumprimentou os vereadores presentes e, respondendo ao questionamento da vereadora Elinner Rosa, disse que havia três números para a Saúde. Explicou que o índice de vinte e um por cento representava o valor que fora gasto, empenhado e liquidado com os recursos de impostos. Havia o valor de impostos repassados para a Saúde, o qual totalizava quarenta e nove milhões de reais, com recursos do Tesouro. O que o Município repassara para a Saúde totalizaram um valor próximo a vinte e três por cento, pois havia despesas da Saúde no restos a pagar, e o valor de trinta e quatro por cento se relaciona ao total de repasses que a Prefeitura fez a outros fundos. Também explicou que havia cerca de duzentos e trinta e seis milhões de reais arrecadados com impostos. Desse total, cinquenta e dois milhões duzentos e quinze mil reais foram repassados para a Saúde. Quando chegou esse valor, a Saúde empenhou o total de quarenta e nove milhões de reais, e o valor restante foi usado para pagar dívidas do ano anterior. Em relação a essa receita, explicou que a União repassa em média doze a treze milhões de reais por mês, e o Município repassou treze milhões de reais nesse quadrimestre; enquanto o Estado não fez nenhum repasse até então para o Município em termos de receita efetiva e creditada. Respondendo à vereadora Professora Geli Sanches, explicou que foi seguida rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, e todos os balancetes de dois mil e dezessete já foram aprovados, nove de dois mil e dezoito foram aprovados. Disse à vereadora que a questão que por ela fora citada, acerca da merenda escolar, houve manifestação do Tribunal de Contas dos Municípios, o qual declarara ser correto o que fora feito, e disse que isso se chama otimização de utilização de recursos, onde os recursos foram aplicados de maneira mais rápida onde realmente houvesse necessidades. Disse que de maneira alguma isso prejudicara o investimento em obras, e no balanço de dois mil e dezoito

SUJEITO A ALTERAÇÕES

constava a aplicação de cinquenta e dois milhões de reais em despesas de capitais, cujos valores foram destinados a obras, como escolas, creches, CMEIs, postos de saúde e outros. Em relação ao piso dos professores, disse que essa questão da receita fora trabalhada justamente porque não se podia fazer o que a Lei não permite. Falou que havia a figura do coordenador técnico, o qual em sua maioria é professor, e propôs que eles retornassem para a sala de aula e colocassem administrativo no seu lugar. Respondendo ao vereador Lisieux Borges, explicou que a principal receita do Município é o ICMS, próximo a duzentos e cinquenta e dois milhões de reais por ano, equivalente a quase vinte e cinco por cento de toda a receita. Disse que a sugestão feita de ampliação do Daia e a criação do DAIA Municipal é algo que já estava sendo estudado pelo prefeito, e permitiria alavancar bastante a receita. Sobre a questão da redução das alíquotas para as empresas da construção, estava sendo estudada já, porém esse trabalho necessita ser realizado com muito trabalho, e acredita de acordo com o falado pelo vereador. Explicou que a redução das taxas de expediente e do IPTU e do ITU, as receitas cresceram, e disse que estava sendo realizado um estudo para verificar o que poderia ser feito para otimização de outras taxas e revendo alíquotas do ISS para constatar se a redução de alíquotas não se refletiria em perda de receitas. Respondendo ao vereador Jean Carlos, em relação à terceirização na limpeza, explicou que fora um trabalho realizado juntamente com o secretário de Gestão e Planejamento, Igo, e tratava-se de um trabalho estratégico, pois havia o gasto de pessoal, e não se poderia chamar muitos auxiliares de serviço e de limpeza, com o risco de se extrapolar o limite. E havia um recurso que a legislação permitia, chamado de Quota Estadual de Salário Educação (QESE), o qual poderia ser usado de forma estratégica. Explicou também que, ao se realizar uma licitação, terceirizava-se um percentual de escolas. Contudo, não se poderia manter em uma mesma escola funcionários terceirizados e efetivos, pois a licitação deveria ser total, de pessoal e material. Explicou que essa foi a maneira encontrada para se fazer a limpeza em algumas escolas,

SUJEITO A ALTERAÇÕES

redimensionando o quantitativo e compensando nas escolas onde havia *deficit*, aliviando a carga de trabalho dos servidores. Respondendo ao vereador Lélio Alvarenga, agradeceu a sugestão de detalhar as fontes, pois permite maior conhecimento. Respondendo ao vereador Luiz Lacerda, esclareceu que as barreiras eletrônicas e o programa Cidadão do Futuro estavam em licitação. Disse ainda que para qualquer questionamento e sugestão dos vereadores a Secretaria estaria aberta para recebê-los. - O senhor presidente convidou para uso da palavra o senhor secretário municipal da Educação, ALEX MARTINS: Cumprimentou os presentes e disse que havia dois questionamentos, oriundos dos vereadores Professora Geli Sanches e Jean Carlos. Quanto a isso, respondeu que primeiro existia uma responsabilidade e compromisso por parte do prefeito Roberto Naves, sobretudo com as verbas e as suas aplicações. Quanto as cotas dos salários escolas e o QESE colocado pela vereadora Professora Geli Sanches, esclareceu que os recursos aplicados vinham do governo federal, e haviam sido autorizados pelo Tribunal de Contas do Município (TCM), inclusive a merenda daquele ano. Relatou que estava corroborando com o dito do secretário Geraldo Lino anteriormente, a respeito da forma como as secretarias municipais estariam otimizando e também assumindo um pouco da responsabilidade de possibilitar o gestor municipal, no caso o prefeito, a realizar aplicação de recursos em outras áreas necessárias ou em outras demandas existentes. Informou que, conforme autorização do TCM fizeram a aplicação do recurso junto a merenda escolar, resultando em mais de trinta e sete mil (37.000) alimentações por dia. Informou ainda, que a cota salário escola permitia realizar contratação de empresas para prestação de alguns serviços, assim como foi feito em gestão anteriores. Quanto a isso, citou a empresa Federal Segurança, ao qual foi contratada para garantir a segurança e vigilância das unidades escolares, e ainda contratação de empresa para a manutenção de veículos e serviços de limpeza e higienização dos espaços públicos. Relatou que os questionamentos colocados pelos dois vereadores eram pertinentes, pois falava-se ao mesmo tempo de empresas e

SUJEITO A ALTERAÇÕES

servidores que prestavam serviço a muito tempo nas unidades escolares. Esclareceu que por essa razão não havia sido implementado a terceirização nas cento e uma (101) unidades, mas sim o piloto, no qual buscou-se a aplicação da terceirização em nove escolas, e que começariam nos próximos dias. Relatou que os vinte e oito servidores que prestavam serviço naquelas unidades escolares haviam sido contatados e atendidos no departamento de Recursos Humanos (RH), e realocados para unidades próximas, corrigindo inclusive outros déficits existentes. Respondeu que quanto à possibilidade do serviço ser prestado pela empresa e pelo servidor na mesma localidade não era possível, pois a contratação da empresa envolvia além da prestação da atividade laboral, o fomento de todo o material de limpeza. Esclareceu que havia optado pela forma experimental nas unidades escolares, em vez dos centros de educação infantil, devido o vinculo das crianças com os servidores. Além disto, optou-se pelas unidades escolares, com grandes corredores, quadras e outras áreas, onde o serviço de limpeza não era bem prestado em função da idade avançada dos servidores. Quanto as obras, informou havia doze unidades escolares no mês de maio e junho, sendo realizadas com recursos do governo federal quanto do QSE, e também recursos municipais. Informou ainda o comprometimento dos recursos, inclusive do QSE em novas reformas, solicitadas pela vereadora Professora Geli Sanches, entre elas, a reforma da Escola Cora Coralina na região do Vivian Parque. Esclareceu que acreditava ser gasto mais de dois milhões de reais (R$ 2.000.000,00) na obra, e que aguardavam apenas os prazos recursais para início da obra. Relatou que recentemente havia sido feito cinco licitações para construção de quadras escolares, inclusive atendendo a solicitação do vereador Jean Carlos, referente a Escola Municipal Walter Beze. Mencionou que esteve com o vereador Jean Carlos, em uma festividade dando aquela notícia para a comunidade. Pediu desculpas, aos vereadores por não responder a determinados documentos, ao qual não se recordava. Relatou que por determinação do prefeito havia atendido a todos de portas abertas, e visitado todos os prédios e

SUJEITO A ALTERAÇÕES

empreendimentos públicos para ter contato direto com os prestadores de serviço, e ainda havia se colocado a disposição da população. - Usou a palavra o diretor do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis (ISSA), RODOLFO VALENTIM: Cumprimentou os presentes e agradeceu aos vereadores pela aprovação unanime do Projeto de Lei (PL), encaminhado pelo prefeito Roberto Naves, que propôs a unificação dos fundos do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis (ISSA). Relatou que a questão da previdência era repercutida no mundo todo, principalmente no Brasil. Contudo, ressaltou que o município vivia uma realidade diferente do resto do país, pois a vontade política dos Poderes Executivo e Legislativo proporcionava aquilo. Relatou que havia desafios enormes, até mesmo gigantescos, mas apontou que estavam vencendo várias etapas, juntamente com os servidores, Executivo e Legislativo. Informou que o ISSA era autossustentável e que havia se tornado referência nacional em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Quanto ao questionamento do vereador Jean Carlos, informou que havia respondido ao ofício, e que inclusive possuía a cópia com protocolo de recebimento da Câmara Municipal de Anápolis. Sugeriu que poderia ter havido algum erro de comunicação. Relatou que a previsão anterior referente ao gasto do fundo estava em torno de seiscentos mil reais (R$ 600.000,00) por mês, sem contar os bens que já haviam sido encaminhados, mas apontou que até o momento á media do gasto era de trezentos e dezesseis mil reais (R$ 316.000,00), mesmo havendo acumulo de aposentadorias que ultrapassaram os quatro milhões de reais (R$ 4.000.000,00) em comparação ao mesmo quadrimestre do ano passado. Concluiu, dizendo que tinha que agradecer como servidor, e como presidente comemorar. - O senhor presidente convidou para o uso da palavra o secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Tecnologia, IGO DOS SANTOS: Cumprimentou os presentes e informou que responderia ao vereador Jean Carlos em um panorama geral sobre a locação de veículos. Quanto a isso, relatou que na gestão anterior, a despesa da prefeitura com locação de

SUJEITO A ALTERAÇÕES

veículos era de aproximadamente novecentos mil reais (R$ 900.000,00), e que atualmente a despesa estava em torno de quatrocentos mil reais (R$ 400.000,00). Comparando os valores, apontou a diminuição significativa da despesa com locação de veículos. Relatou que na gestão anterior os veículos eram licitados com custo médio de dois mil e novecentos reais (R$ 2.900,00) a pessoas físicas “aleatórias”, e que agora tinham o custo médio de mil e quinhentos reais (R$ 1.500,00) licitando para empresa jurídica. Quanto ao questionamento do vereador Luiz Lacerda, respondeu que os pardais e ao Programa Cidadão do Futuro estavam em processo licitatório. Concluiu, informando que a licitação para as barreiras eletrônicas havia sido marcada, porém devido alguns questionamentos retornou para ser realizado de forma correta. - O senhor presidente deu as boas vindas e convidou para se assentar junto à Mesa Diretora o prefeito Municipal, Roberto Naves, e para fazer uso da palavra para as considerações finais. - ROBERTO NAVES: Cumprimentou os vereadores, secretários e demais presentes. Parabenizou essa Casa pela aprovação do projeto da Emenda Impositiva, que partira de um acordo sugerido pelo vereador Jakson Charles. Explicou que compreendia que os vereadores eram a liderança política mais próxima da sociedade. Parabenizou-os pela forma de condução e destinação dessas emendas. Disse que o tema mais espinhoso para todas as administrações do país, onde o Município era exemplo, pois a Saúde avançava bem, mesmo com os problemas. Disse que os postos de saúde tiveram seu horário estendido, e isso servira de exemplo para o país, e que o ministro de Saúde fizera a mesma coisa. Falou sobre a oferta de transporte gratuito para os pacientes que buscavam os atendimentos de urgência, e eram encaminhadas para as unidades básicas. Disse que a unidade de saúde do Cais Progresso foi fechada porque havia mofo na parede e não havia condições para atendimentos dos pacientes, e fora fechada e só depois de seis meses iniciadas as obras por esses motivos. Falou sobre a inauguração da primeira UPA com perfil pediátrico no Centro-Oeste, enquanto outras cidades discutem fechamento de maternidades. Falou sobre o Cais

SUJEITO A ALTERAÇÕES

Mulher e o Banco de Leite. Falou sobre a Maternidade Doutor Adalberto, que estava em situação financeira complicada. Disse que a Saúde tem muitos problemas, mas começou a avançar. Falou sobre o problema da Santa Casa, e explicou que essa Casa resgatou o repasse de cem mil reais por mês, que fora encerrado em dois mil e dezoito, e com esse valor durante esses três anos, a Santa Casa não teria chegado a essa situação. Disse que o Cais Mulher fora transferido, e não fechado, e se não houvesse a UPA de Perfil Pediátrico, não haveria lugar para acolher as crianças. Disse que as redes sociais são o canal de comunicação mais forte desse país, e pediu cuidado com as demagogias. Falou sobre a titulação, que fora aprovada em outro governo, e foi assumida. Disse que o salário estava sendo pago em dia, foram concedidos reajustes. Falou sobre a interdição da Avenida Goiás, pois um pilar do viaduto foi construído em cima do esgoto. Parabenizou o presidente ao procurar uma estrutura diferente para receber a população anapolina. Disse que ainda há o problema da Câmara Municipal, que deveria ser resolvido de forma técnica. Disse que a mesma empresa que fez esse projeto, fez o da arquibancada do Estádio Jonas Duarte, sem escadas e espaço para se sentar. Disse que houve avanços nas demais áreas. Falou que havia cestas básicas de verduras para as pessoas carentes do Município, e eram entregues em casa. As escolas que seriam entregues, seriam todas no modelo escola nova, com recursos audiovisuais e ar condicionado. Disse que havia um problema na folha de pagamento, que estava sendo administrado da melhor forma possível. Falou sobre o projeto de lei que seria encaminhado para permitir aos jovens cursar a universidade. Também explicou que foram feitos acordos em Brasília para a realização da obra de ligação e nova saída e entrada para o Bairro Recanto do Sol. Explicou que já foram colocadas no bairro as lâmpadas de LED, e o atendimento do posto de saúde fora expandido. Explicou que a população da região sofria grandes problemas com o horário de funcionamento do posto de saúde, pois fechava nos horários de almoço e às dezoito horas, e a população que necessitasse de atendimento fora dos horários de funcionamento regular

SUJEITO A ALTERAÇÕES

ainda enfrentava problemas de deslocamento devido aos problemas de trânsito na entrada do bairro. Parabenizou a todos os vereadores pelo trabalho realizado, o qual era reconhecido em todos os cantos da cidade. Falou sobre o trabalho realizado pelo vereador Wederson Lopes na Secretaria do Meio Ambiente, e continuado pelo vereador Jakson Charles, principalmente em relação à celeridade. Explicou sobre as lutas da vereadora Thaís Souza, e a entrega do Centro de Zoonoses e do Castramóvel. Explicou que a principal diferença da atual gestão era a garantia real para as obras licitadas, que poderiam ser executadas. Disse aos vereadores que o presidente Jair Bolsonaro, acolhendo ao seu pedido e do governador Ronaldo Caiado, fez o compromisso de vir a Anápolis assinar o contrato de concessão da Ferrovia Norte-Sul. Falou sobre as dificuldades enfrentadas pelo presidente e pelo governador, e que conhece essas dificuldades, pelas quais também passara, calado e trabalhando, para que seu maior desafio fosse entregar tudo aquilo que fora plantado junto com os vereadores. Lembrou os problemas do Parque da Jaiara, o qual havia sido uma ideia brilhante, mas foram esquecidas as galerias de água pluvial. Falou sobre as obras que eram realizadas em Anápolis, e que se encaravam as galerias de água pluvial como “enterrar dinheiro”. Disse que muitos problemas viriam, mas essa Casa de Leis seria lembrada pelo seu apoio e parceria para enfrentar as maiores crises econômicas, para que Anápolis saísse na frente. Firmou seu compromisso de fazer uma cidade ainda melhor. Pediu que nas próximas eleições fossem lembrados que essa cidade só possui uma bandeira. - O presidente Leandro Ribeiro agradeceu ao prefeito e reiterou seu apoio ao Poder Executivo, e o compromisso dos vereadores e dessa Casa em buscar sempre o melhor para Anápolis. O senhor presidente agradeceu a todos os presentes, aos vereadores, aos secretários, aos servidores da Câmara e da Prefeitura. Sem nada mais a se constar, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão Especial. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, com o auxílio de Sabrina Santos Rufino, Reyle Ferreira da Silva e da estagiária Juliana Oliveira da Silva,

SUJEITO A ALTERAÇÕES

lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa e demais autoridades presentes.**********

SUJEITO A ALTERAÇÕES